

A CRISE INTERNACIONAL E A RECESSÃO BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço*

A ciência econômica atesta o estado de recessão quando ocorre queda do Produto Interno Bruto (PIB), de uma nação ou região, por dois trimestres consecutivos. Mas a necessidade de extirpar a influência exercida por choques de oferta considerados acidentais, expressos normalmente por quebras de safras agrícolas, por exemplo, conduz a associação do fenômeno recessivo a colapsos verificados primordialmente no Setor Industrial.

Nesse sentido, as estatísticas de evolução do PIB brasileiro, relativas ao quarto trimestre de 2008 e ao primeiro trimestre de 2009, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam a condição de recessão técnica vivida pelo País desde a eclosão da crise financeira internacional, em outubro de 2008, transmitida domesticamente pela retração da demanda, dos preços e do crédito em escala mundial.

A dimensão da instabilidade pode ser observada, sob a ótica macroeconômica, pela queda de 6,3% e 5,5% no PIB dos Estados Unidos (EUA) no quarto trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, respectivamente, puxada pelo declínio dos investimentos. A taxa de desemprego norte-americana atingiu 9,4% da População Economicamente Ativa (PEA), em maio de 2009, a maior desde julho de 1983, culminando no fechamento líquido de mais de 6,2 milhões de vagas naquele país a partir de dezembro de 2007. A dívida pública dos EUA deve ultrapassar 80,0% do PIB no final de 2009, nível superado apenas pelo pós-Segunda Guerra Mundial, quando chegou a 110,0% do PIB em 1945, contra 42,0% do PIB em 1940.

O PIB da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) retrocedeu 2,1% e 2,2% no primeiro trimestre de 2009, em confronto com o último trimestre e igual período de 2008, respectivamente. O resultado para a Zona do Euro (16 países) foi de decréscimo de 2,5% no primeiro trimestre de 2009, em comparação com o quarto trimestre de 2008, sendo o pior desempenho desde 1995 e a quarta queda seguida.

O desemprego na região foi de 9,2% em abril de 2009 (14,5 milhões de pessoas), o maior nível desde 1999. O PIB da Alemanha recuou 3,9% na mesma base de confronto e 6,7% em cotejo com os primeiros três meses de 2008. O PIB da Itália caiu 2,4% e 5,9%, e do Reino Unido encolheu 1,9% e 4,1% em idênticos intervalos.

Em sentido semelhante, o PIB do Japão retrocedeu 4,0% no primeiro trimestre (15,2% em um ano encerrado em março de 2009), o maior em 40 anos, explicado pela contração das demandas externa e interna, corroborando a queda por quatro trimestres consecutivos pela primeira vez desde 1945. A taxa de desemprego no Japão chegou a 5,0% da PEA em abril de 2009, a mais elevada em cinco anos. Contudo, a produção industrial daquele país cresceu 5,2% no mesmo mês, a maior variação desde 1953, em função primordialmente dos reflexos do pacote de estímulo chinês.

Do ângulo micro, emergem os prejuízos de US\$ 2,4 bilhões da montadora japonesa Nissan no exercício fiscal de 2008 (encerrado em março de 2009) – os primeiros desde 1999 – e a descida das ações da General Motors para a menor cotação dos últimos 76 anos (ao redor de US\$ 1,0 em meados de maio de 2009).

A fabricante japonesa de eletrônicos e eletrodomésticos Panasonic experimentou prejuízos de quase US\$ 4,0 bilhões no mesmo intervalo, depois de contabilizar redução de faturamento 14,4%, fechar 27 unidades e dispensar 15,0 mil empregados no mundo. O Mizuho Financial Group, segundo maior banco do Japão, observou perdas de US\$ 5,8 bilhões no exercício 2008-2009.

O PIB brasileiro declinou 3,6% e 0,8% no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, respectivamente, em relação aos períodos imediatamente anteriores. Em escala mundial, as contrações mais intensas, na mesma base de cotejo, aconteceram na Letônia (-28,7%), nos EUA (-5,5%), no Japão (-4,0%), na Alemanha (-3,9%), na Zona do Euro (-2,5%), na Itália (-2,4%), na Espanha (-1,9%), no Reino Unido (-1,9%) e na França (-1,2%).

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Nos primeiros três meses de 2009, o PIB decresceu 1,8%, frente ao mesmo intervalo de 2008 (-1,5% do PIB a preços básicos e -3,3% dos impostos), e, por um exame setorial, a compressão foi determinada pela indústria (-9,3%) e pela agropecuária (-1,6%).

Nos serviços, houve registro de incremento de 1,7%, puxado por outros serviços (+7,0%), intermediários financeiros (+5,8%) e informação (+5,4%, telefonia e informática). Em outros serviços, estão inclusos aqueles prestados às empresas e famílias, como saúde e educação privada, alojamento e alimentação, associativos, domésticos e manutenção e reparação. Chamou atenção o decréscimo verificado em comércio (-6,0%) e transporte e comunicações (-5,6%).

Em confronto com o quarto trimestre de 2008, os gastos de consumo das famílias e do governo aumentaram 0,7% e 0,6%, respectivamente, e na parte externa as exportações caíram 16,0%, e as importações, 16,8%. Em paralelo, a formação bruta de capital fixo retraiu 12,6%, representando o pior resultado desde 1996, o que fez a taxa de investimento descer para 16,6% do PIB, contra 18,4% do PIB nos primeiros três meses de 2008, evidenciando apreciável debilitação da capacidade de expansão de longo prazo do País.

*A queda do PIB brasileiro em um semestre
representa a interrupção de uma fase de
21 trimestres sucessivos de expansão*

Tal desempenho agregado brecou 21 trimestres sucessivos de expansão, observados entre 2003 e 2008, de acordo com cálculos do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O volume de produção do parque manufatureiro observou queda de 6,3% e 14,7% nos últimos três meses de 2008 e no primeiro quadrimestre de 2009, respectivamente, quanto confrontado com idênticos períodos dos anos imediatamente anteriores. O declínio computado entre janeiro e abril de 2009 foi o maior desde o mesmo intervalo de 1991 (-15,2%), afetado decisivamente pela variação negativa na produção de metalúrgica básica, máquinas e equipamentos, veículos automotores e outros produtos químicos.

Enquanto na metalúrgica básica as baixas mais relevantes estiveram ligadas a fundidos de ferro e embalagens metálicas, resultado da compressão das cotações externas dos minérios, em outros produtos químicos a contração pode ser explicada pelo fraco desempenho de adubos, fertilizantes e corretivos, atrelado à nova onda de deterioração dos termos de troca dos produtos do agronegócio, determinada pela derrubada dos preços das *commodities* e agravada pelos problemas climáticos no Centro-Sul do brasileiro.

Pela ótica das categorias de uso, as diminuições de produção mais expressivas aconteceram em bens de consumo duráveis (-22,2%), bens de capital (-22,6%) e bens intermediários (-17,5%), com encolhimento menor para bens de consumo semi e não-duráveis (-3,2%).

No caso de bens de consumo duráveis, a performance desfavorável pode ser imputada à insuficiência e encarecimento do crédito e à adoção de posturas mais cautelosas por parte dos consumidores, em face da conjugação entre elevação da inadimplência e aumento do temor do desemprego.

De acordo com a Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A. (SERASA), a inadimplência (atraso nos pagamentos superiores a 90 dias) aumentou 10,8% no primeiro quadrimestre de 2009, com pronunciada concentração dos passivos em bancos (43,5%), cartões e financeiras (37,1%) e cheques sem fundos (17,5%). Conforme o BC, a inadimplência chegou a 5,2% do total de empréstimos ao sistema bancário, o patamar mais elevado desde outubro de 2000 (5,3%).

É curioso notar que parcela do consumo de tais bens e o abrandamento do endividamento privado podem ser explicados pela saída líquida de R\$ 1,5 bilhão das cadernetas de poupança no primeiro trimestre de 2009 contra entrada de R\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2008.

Inclusive, depois de mais de quatro anos de contabilização de encorpados ganhos, as duas maiores instituições financeiras privadas operantes no País, Bradesco e Itaú, acusaram

queda nos lucros, nos primeiros três meses de 2009, de 9,6% e 27,6%, respectivamente. O lucro do Banco do Brasil diminuiu 29,1% em face da incorporação da rentabilidade negativa do Nossa Caixa e da ampliação da provisão para inadimplência.

Já para bens intermediários, as quedas concentraram-se em produtos químicos, insumos industriais e peças e acessórios, em resposta aos ajustes para baixo executados por compradores externos e internos. Tome-se como exemplo, a queda de 96,8% no lucro do grupo Gerdau, maior produtor de aços longos das Américas, no primeiro trimestre de 2009. Para bens semi e não-duráveis, o menor refluxo deve ser atribuído à natureza inelástica da procura *vis-à-vis* a renda das famílias, sobretudo quanto aos alimentos.

A regressão em bens de capital configura o bloqueio de um ciclo de cinco anos de recuperação dos investimentos no Brasil

Contudo, o que chamou mais atenção foi a regressão da produção de bens de capital (-9,4% no último trimestre de 2008 e -22,6% no primeiro quadrimestre de 2009, a maior depois do tombo de -29,7% do primeiro trimestre de 1996), evidenciando a interrupção de um ciclo de retomada dos investimentos e de elevação da produtividade do capital superior a cinco anos. Depois de 22 trimestres de crescimento consecutivos, a fabricação de máquinas e equipamentos caiu cerca de 20,0% no primeiro quadrimestre de 2009. Como exemplo, o mergulho do preço do minério de ferro forçou a redução do orçamento de inversões da Vale em 37,0% para 2009, caindo de US\$ 14,2 bilhões para 9,0 bilhões.

Isso se corrobora pela diminuição dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de máquinas e equipamentos de 6,0% e 33,0%, no primeiro quadrimestre de 2009, diante do mesmo período e do derradeiro trimestre de 2008, respectivamente, o que pode ser interpretado como um precedente desanimador para a dinâmica econômica de médio prazo. Ademais, o banco calcula retardo de dois anos para a subida da taxa de investimento para 21,0% do PIB, antes projetada para 2010.

Na mesma linha, estatísticas da Confederação Nacional da Indústria revelam queda de 8,4% no faturamento do parque fabril brasileiro no primeiro quadrimestre de 2009, a maior desde 2003, e de 2,0% nos níveis de emprego. Em abril, a utilização da capacidade instalada estava em 80,0% contra 83,0% no mesmo mês de 2008.

A propósito do emprego industrial, o pessoal ocupado assalariado e número de horas pagas caíram 4,4% e 5,3%, respectivamente, entre janeiro e abril de 2009, puxado pelas atividades de fumo, têxtil, couros, calçados, madeira, borracha, plástico e metalmeccânica, segundo o IBGE.

Ressalte-se a prevalência do episódio recessivo, a despeito do derrame de mais de R\$ 280,0 bilhões no mercado, por intermédio do esforço contracíclico empreendido pela orientação macroeconômica do governo federal, entre outubro de 2008 e abril de 2009, englobando devolução de parcela dos recolhimentos compulsórios, abertura e/ou ampliação de linhas de crédito, pacote habitacional e desonerações tributárias para automóveis, materiais de construção e eletrodomésticos de linha branca, acrescido de ações pontuais de algumas instâncias públicas subnacionais.

O aparente descompasso entre as medidas monetárias e fiscais, empregadas pelas autoridades econômicas, e a reativação consistente da atividade produtiva, na direção do retorno das condições propícias predominantes até setembro de 2008, repousa no retardo temporal na aplicação e na timidez na intensidade das reduções de juros realizadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC.

Os cortes na Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) tiveram início em janeiro de 2009, caindo de 13,75% ao ano para 9,25% a.a. em maio, e não atingiram plenamente os *spreads* bancários, devido ao pronunciado grau de oligopolização setorial e à rota ascendente da inadimplência de empresas e consumidores. Com isso, apesar de

situarem-se nos menores patamares da história (5,0% a.a.), os juros reais básicos do País ainda representam praticamente o dobro daqueles vigentes em países com perfil de endividamento e grau de risco semelhantes ao nosso, a exemplo do Chile e do México.

Assim, ao lado da retomada da política de compra de dólares para a acumulação de reservas, que poderiam ser utilizadas no financiamento público de projetos estruturantes, a diminuição mais rápida dos patamares da Taxa SELIC reduziria a pressão especulativa sobre o câmbio, sufocando o movimento recente de revalorização do real e aliviando os encargos financeiros incidentes sobre a dívida pública, o que abriria espaço para a intensificação dos investimentos.

Ainda assim, deflagrou-se uma discussão acerca de rearranjos na engenharia financeira do País, requeridos para a neutralização da tendência de migração dos ativos dos fundos de curto prazo na direção das cadernetas de poupança, em face destas ostentarem remuneração fixa de 6,17% a.a. (0,5% ao mês), acrescida da taxa referencial de juros (com redutor), e desprovida de impostos. As medidas anunciadas pelo governo, em meados de maio de 2008, incluíram a redução da tributação dos fundos (de até 22,5% a.a. para 15,0% a.a.) e a cobrança do Imposto de Renda sobre os rendimentos dos saldos em poupança superiores a R\$ 50,0 mil, a partir de 2010.

Pelo ângulo das contas públicas, as despesas de custeio do governo federal aumentaram 19,1% no primeiro quadrimestre de 2009, enquanto as receitas e o superávit primário recuaram 1,7% e 59,3%, respectivamente, no mesmo intervalo.

Em paralelo, a agência Fitch Rating reafirmou, em maio de 2009, a nota de crédito do Brasil BBB, considerada a primeira classe de grau de investimento, e o International Institute for Management Development (IMD) estimou avanço do País do 43.º para o 40.º posto em um *ranking* de competitividade de 57 países.